

Entrevista

Perfil: Nadya Araújo Guimarães

Nadya Araújo Guimarães, doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México, com pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology, é professora do Departamento de Sociologia da USP, coordenadora da Área de Estudos do Trabalho do Cebrap e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole. Suas atividades de pesquisa direcionam-se atualmente para os estudos sobre trajetórias de reestruturação das firmas e destinos ocupacionais dos trabalhadores; gestão local e equidade de gênero e raça; estudos comparativos sobre mobilidade no mercado de trabalho, biografias ocupacionais e experiência subjetiva do desemprego em grandes metrópoles mundiais (São Paulo, França e Tóquio).

Quais foram seus projetos em cada estágio da pós graduação? Vc poderia fazer um breve resumo de cada um deles? Quem foram seus orientadores? Quais foram suas maiores influências?

Antes de tudo, peço desculpas antecipadas por ter que me estender mais que o esperado, já que sua pergunta me obrigará a vasculhar quase 35 anos de trabalho, de modo a dar conta dos projetos que sustentaram cada um dos estágios na minha carreira acadêmica, refletindo sobre os vários aspectos que sua pergunta suscita. Vamos lá.

Minha pesquisa de Mestrado foi um estudo na área da sociologia política, em que procurei refletir sobre os achados da monografia final que apresentara para titulação como Bacharel em Ciências Sociais. Uma e outra foram realizadas na Universidade de Brasília e trazem as marcas de dois dos meus professores prediletos, Glaucio Soares e Bárbara Freitag. Com Glaucio, ainda como sua Bolsista de Iniciação Científica, iniciei um estudo sobre determinantes sócio-econômicos do radicalismo eleitoral de esquerda. Glaucio havia terminado o seu doutorado nos Estados Unidos alguns anos antes, e sob a orientação de Seymour Martin Lipset avançara uma hipótese bastante interessante sobre os elos entre desenvolvimento econômico e radicalismo político; nem uma associação positiva, ao modo do que antevira Marx, nem negativa como queriam seus críticos. Avançara a hipótese de que o era no hiato entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social que se encontraria a chave para explicar a propensão ao voto de esquerda; assim, quanto maior fosse este hiato, maior se revelaria o radicalismo político. Numa análise estatística bastante refinada para a sua época (início dos anos 60), manejando um modelo de regressão linear múltipla por passos, mostrara a capacidade explicativa do seu argumento.

Como sua aluna em cursos de Sociologia Política e Sociologia do Desenvolvimento, fiquei atraída por seguir testando a hipótese, agora analisando o comportamento eleitoral em âmbito intra-nacional; me enchia os olhos um caso desviante, o do Estado de Goiás, suficientemente atrasado para levar qualquer estudioso a crer no irresistível e completo controle oligárquico da sua política, mas ao mesmo tempo um dos mais importantes redutos do voto conferido ao Partido Comunista Brasileiro nas primeiras eleições em que este pode concorrer, em 1945 e 1947; em 45, por

exemplo, Prestes alcançou ali uma tão expressiva votação que fez de Goiás um reduto de segunda grandeza, só ultrapassado pelas grandes áreas urbanas, como o Rio de Janeiro. Minha monografia foi um estudo típico de sociologia eleitoral, na tradição da análise de dados agregados, onde repliquei os procedimentos quantitativos do meu orientador e analisei uma série temporal de dados socioeconômicos para o período 1950-1970, indicativos das mudanças no desenvolvimento econômico e no desenvolvimento social, por um lado, e séries de dados eleitorais, indicadores do voto radical de esquerda em todas as eleições proporcionais no período compreendido entre 1945 e 1970.

Do estudo do comportamento eleitoral de esquerda, o meu interesse avançou na direção de entender o outro lado da moeda, a dinâmica da política oligárquica no Estado de Goiás. Ela era uma das peças decisivas no tabuleiro da política local, na medida em que dela se derivavam muitos dos graus de liberdade da ação eleitoral das esquerdas no âmbito local. Segui então adiante, explorando agora a literatura sobre poder local e política de classes, do que resultou a minha dissertação de Mestrado, finalizada em 1974 e defendida na Universidade de Brasília, sob a orientação de Bárbara Freitag, professora recém-chegada da Alemanha e que se integrara aos quadros da UnB; Glaucio Soares, àquela altura havia retornado aos Estados Unidos, e passara a lecionar na Universidade de Cornell. Para dar conta do tema, meu interesse intelectual passou a dialogar com a longa e rica tradição empírica dos chamados "estudos do poder local", onde se destacava a produção do DCP da Universidade Federal de Minas Gerais. O debate seminal sobre o patrimonialismo na política brasileira e as hipóteses sobre o familismo no controle oligárquico da política local constituíram-se no filão para a discussão que desenvolvi na dissertação, a partir do estudo empírico do caso de Goiás.

Na minha tese de doutorado segui ainda atraída pela temática da ação política, mas o foco se alterara. Depois de lecionar na Universidade de Brasília por 2 anos, me desloquei, por razões familiares, para a Universidade Federal da Bahia. Ali chegando, integrei-me a um grupo de pesquisas onde pude estender as minhas reflexões sobre radicalismo político e comportamento de esquerda, aplicando-as à análise dos dados de um estudo sobre comportamento político de trabalhadores desempregados e sub-empregados urbanos, os então chamados "grupos marginais". Intensa reflexão se acumulava nos anos 70, no Brasil, sobre o tema dos nexos entre urbanização, marginalidade e ação política. Essa inquietação intelectual era evidência da crise que envolvia a crença no protagonismo operário, da desconfiança acadêmica em face das teorias que entronizavam sujeitos transcendentais, e de uma certa expectativa de que "novos personagens poderiam entrar em cena" (parafraseando Eder Sader). Vivíamos um momento em que uma intensa migração interna e um acelerado crescimento metropolitano traziam para os grandes centros um contingente de pobres urbanos que tinham muito perto de si pautas de consumo e níveis de vida que (imaginava-se) alimentariam expectativas sociais e políticas que poderiam tornar explosivo o comportamento desses grupos "marginalizados" do consumo por sua precária integração ao trabalho. Por essa via a temática dos elos entre ação política e inserção ocupacional se inoculava no meu interesse intelectual; para tal foi decisivo o primeiro texto que fiz a partir dos dados colhidos no survey atitudinal realizado em três áreas de favelas em centros urbanos da Bahia.

A tese de doutorado tomou a si a tarefa de levar adiante o meu acerto de contas teórico com os intérpretes da ação política desses grupos sociais, formulando uma hipótese que pudesse ser testada à luz do

caso brasileiro. Revi a literatura da ciência política e muito particularmente os estudos sobre dependência, marginalidade e ação política de grupos marginais urbanos. Mas voltei também ao marxismo, revendo o debate que também ali se travava sobre as possibilidades políticas desses trabalhadores, considerados "a reserva" da classe operária. Especial desconforto me causava a tendência reducionista que grassava na literatura; e havia reducionismo para todo tipo de gosto, do mais materialista e economicista, que fazia da ação política um epifenômeno da inscrição econômica dos indivíduos, ao mais psicologizante, que localizava nos efeitos sócio-psicológicos da integração social mal resolvida, e na transmissão geracional do sentimento de privação relativa o exclusivo explicativo para o comportamento político. Na tese de Doutorado em Sociologia, que defendi em 1983 na Universidade Nacional Autônoma do México sob a orientação de Ruy Mauro Marini, fiz ainda um extenso trabalho de pesquisa qualitativa, fortemente calcado em fontes históricas, procurando rastrear as formas de expressão política desses trabalhadores no Brasil. Escolhi uma conjuntura para análise, aquela que antecedeu o golpe militar de 1964, especialmente interessada no período compreendido entre 1958-1965, buscando ver como se formam e também como são golpeadas, pelo movimento militar de 1964, as formas organizativas desses trabalhadores. Intencionalmente selecionei um momento de crise econômica, e de ampliação do desemprego e das formas de sub-ocupação, mas que fosse também um momento em que as forças de esquerda tivessem amplo espaço na correlação de forças. Argüia que as possibilidades de ação política desses trabalhadores seriam tanto mais amplas quanto maior o espaço político que a conjuntura reservasse às suas iniciativas organizacionais, mesmo se a crise econômica golpeasse seu poder de fogo pela ampliação do desemprego. Pesquisa histórica em arquivos de jornais para acompanhar os sinais da organização política dos segmentos que procurei estudar de modo sistemático do ponto de vista da sua inserção no mercado de trabalho. Debruzei-me com especial atenção sobre a experiência mais radical, a que transcorria em Pernambuco; para tal, retrocedi aos anos 1955 e acompanhei a construção desse projeto de poder, rastreando na imprensa toda evidência a respeito da maneira como os meus desempregados e sub-empregados, os "marginais" ou "reserva operária" de então, se apresentavam no cenário político.

Este trabalho foi o meu batismo nos estudos acerca da formação da moderna classe trabalhadora brasileira, em toda a sua complexidade e heterogeneidade. Explorei esta via, já depois do doutorado e ainda como professora e pesquisadora na Universidade Federal da Bahia, num projeto sobre o que poderia ser pensado como um estudo do "novo sindicalismo" fora do ABC, na periferia da dinâmica industrial brasileira. Acompanhei o movimento de desconcentração industrial e de realocação da moderna produção químico-petroquímica que tem lugar no Nordeste, promovido pelos governos militares a partir da segunda metade dos anos 1970. Estudei como e porque surge também ali um agressivo sindicalismo que traduz uma forte identidade operária, sustentada por um coletivo algo esdrúxulo porque constituído por jovens da pequena classe média, egressos de escolas técnicas, integrados a um processo de trabalho e a uma modalidade de gestão absolutamente modernos e que pouco tinham a ver seja com a natureza dos estabelecimentos, seja com o perfil classe trabalhadora local.

Processos de trabalho, identidades e práticas coletivas foram os temas que fizeram a ponte para a última das teses que escrevi, e que defendi com vistas à obtenção do grau acadêmico de Livre-Docente em Sociologia do Trabalho, pela Universidade de São Paulo, em 2002. Nela

consolidei todo o meu ciclo de estudos no campo da sociologia do trabalho industrial no Brasil, refletindo, ainda a partir do caso da indústria petroquímica, mas agora comparando as realidades de São Paulo e Bahia, seus maiores pólos no Brasil. Analisei o intenso processo de reestruturação por que passou o setor na virada dos anos 80 para os anos 90, focando novamente os elos entre política e economia; mas agora a micro-política nos chãos-de-fábrica. Explorei os mecanismos de produção do consentimento em empresas sujeitas a políticas de forte encolhimento dos efetivos, de intensificação do trabalho, de restrição de direitos e notadamente de constituição de formas de representação de interesses que pudessem ser alternativas à ação coletiva organizada sindicalmente. Mas, era impossível não olhar, novamente aqui, para o outro lado da moeda: este intenso processo de reestruturação macro-econômica e micro-organizacional, que mudava a modalidade de gestão da produção e do trabalho nas indústrias brasileiras, petroquímicas em particular, importava em alterar as condições de trabalho dos que logravam sobreviver, mas deixava de enorme contingente de trabalhadores excluídos dessas empresas, lançados de volta ao mercado de trabalho. Minha segunda indagação na tese era, então: qual o destino ocupacional dos que haviam sido excluídos por essa reestruturação? A análise das suas trajetórias no mercado de trabalho se tornava, assim, a nova fronteira a explorar; novas metodologias de produção de dados longitudinais e novas hipóteses que articulavam processos e mercados de trabalho; experiência do desemprego e reconstrução identitária tornaram-se, então, o centro da minha pauta, marcando a minha agenda atual de pesquisa.

Quais foram seus maiores obstáculos e dificuldades na carreira de pesquisadora?

Dois obstáculos foram importantes e marcaram períodos distintos da minha carreira. O primeiro deles foi um obstáculo político; para todos os que crescemos intelectualmente no período da ditadura militar, era difícil ou pelo menos delicada a empresa da produção científica e do livre pensamento, requisitos elementares da vida acadêmica, sob um regime autoritário que golpeou fortemente as universidades brasileiras e as ciências sociais. Minha saída para o México, em busca da formação doutoral se dá num momento (meados dos anos 1970) em que a reflexão crítica das Ciências Sociais se tornava cada vez mais difícil em países como o Brasil, o Chile e a Argentina, que haviam sido chaves à constituição da moderna sociologia latino-americana até os anos 1960. O México representava, assim, o escoadouro natural desse pensamento crítico que buscava escapar dos limites interpostos pelos regimes militares.

O segundo obstáculo, já de volta ao Brasil e com a redemocratização, era a estabilidade das instituições acadêmicas, notadamente no que concerne ao financiamento da pesquisa. De fato, a universidade brasileira, à diferença por exemplo do caso argentino, conseguira assegurar a sua sobrevivência institucional e ultrapassara o período autoritário mantendo bravamente os seus programas no campo das Humanidades. Mas uma coisa é a rotina do ensino e outra o financiamento da pesquisa. Em que pese o sistema de fomento brasileiro seja, também ele, exemplar e excepcional face à maioria dos países latino-americanos, a irregularidade no fluxo de recursos para apoio à pesquisa, reflexo das incertezas que atingiram a política de ciência e tecnologia dos governos a partir da abertura, aliada à progressiva retirada das instituições financiadoras internacionais, conseqüente à redemocratização e

estabilização das instituições acadêmicas, e que convive com um certo modo dominante de pensar o custeio da pesquisa nas ciências sociais, como devendo pautar-se pelo baixo custo dos estudos quase-artesanais, foram fatores que por certo dificultaram, e muito, a vida dos que estão envolvidos com a pesquisa e produção de conhecimentos. Por certo também nesse aspecto São Paulo se constitui numa realidade especial: cedo aqui se erigiu uma sólida instituição como a Fapesp, calcada numa fonte regular de recursos e na credibilidade da comunidade dado o rigoroso compromisso com o mérito acadêmico e com o avanço científico. Mas, e infelizmente também aí, nem sempre é possível transpor com sucesso o que aqui se fez com êxito, e o problema do financiamento e da garantia de estabilidade para desenvolvimento das linhas institucionais de pesquisa quase nunca encontra soluções tão virtuosas como a que beneficiou o CEM através do Programa CEPID, mantido pela Fapesp.

Como você se inseriu em redes internacionais de pesquisa?

De fato, creio que alguns elementos foram fundamentais nesse curso. O primeiro deles foi ter sido exposta a uma certa forma de socialização que pautou o meu ingresso na vida acadêmica, e que devo à maneira como o antigo Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília pensava a formação ideal para os seus alunos. De fato, foi um privilégio ter sido formada ali, entre 1968 e 1974 quando fiz graduação e mestrado, num momento em que uma conjunção virtuosa inicialmente orquestrada por Roque de Barros Laraia, trouxe para o Departamento nomes que não somente tinham um forte enraizamento intelectual no mundo acadêmico internacional, mas que entendiam que isto era condição *sine qua non* para a qualidade da reflexão a ser constituída no Brasil. Mesmo correndo o risco de esquecimentos, diria que o convívio e a socialização por professores do calibre do próprio Roque Laraia, Glaucio Soares, Hécio Saraiva, Roberto Cardoso de Oliveira, Alexandre Barros, Vilmar Faria, Antonio Octavio Cintra, dentre outros, fazia com que fosse impossível pensar a sobrevida intelectual fora da imersão em redes de conhecimento que eram internacionais.

Um segundo fator importante foi a experiência de estudo regular no exterior, seja no doutorado seja no pós-doutorado. Deslocar-se do Brasil para estudos no estrangeiro quase que naturalmente conduz à criação de elos, inicialmente de amizade e de tutoria intelectual, posteriormente de parceria científica, que repercutirão por longo tempo. Mas, no meu caso, foi inicialmente decisiva a experiência do doutorado que me fez viver a vida, por três anos, em um outro país latino-americano. Mas não se tratava de qualquer país latino-americano e nem de um momento qualquer. O México era um desafio por ser, a um só tempo, tão próximo e tão distante dos Estados Unidos, cujo mundo intelectual pautara tão fortemente a minha graduação e mestrado. Ademais, quando ali vivi, o México constituía-se momentaneamente no desaguadouro quase único a oxigenar, pela liberdade política e pelo suporte à universidade autônoma e crítica, os intelectuais e cientistas sociais de melhor estirpe que haviam deixado seus países, tangidos por regimes autoritários. As redes que ali constitui foram vitais para todos os empreendimentos de pesquisa comparativa no campo da sociologia do trabalho na América Latina; elas vieram a ser germens da fundação da Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo, não por acaso fundada em 1983 na Cidade do México, e cuja *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo* tive a honra de co-editar, juntamente com Marcia Leite, durante 3 anos, enquanto o Brasil

sediou a Associação. Também o pós-doutorado se constituiu num período de intensa interação no exterior; residi por um ano acadêmico (1993-94) em Boston, integrada a um Programa Especial sobre Estudos Urbanos e Regionais, conduzido pelo Departamento de Estudos Urbanos do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Nesse momento pude aprofundar os meus elos com o mundo acadêmico norte-americano, já agora no meu campo de estudos, do que resultou a montagem de atividades em parceria com colegas do MIT mas também da Universidade de Columbia, eventos e publicações conjuntas, e mesmo a participação em comitês de avaliação de organismos de fomento como o SSRC.

Um terceiro e decisivo fator é menos histórico ou institucional, mas está fortemente arraigado em uma convicção de tipo substantiva que carrego comigo: a crença na importância das comparações contextualizadas, como forma de elucidar e compreender especificidades das realidades que nos importa interpretar. Assim, desde cedo procurei inocular o gérmen da metodologia comparativa nos meus desenhos de pesquisa, abrindo os braços e me engajando decididamente em todas as iniciativas de pesquisa em parceria institucional. A primeira e mais longa dessas parcerias internacionais foi constituída quando ainda estava na Universidade Federal da Bahia, no desenvolvimento do estudo sobre identidades operárias; ali formamos, Antonio Sergio Guimarães e eu própria, um programa que incorporou a participação de um colega antropólogo, francês, Michel Agier, com considerável experiência em estudos de processos de trabalho e práticas cotidianas nos locais de trabalho conduzidos na França e na África; Agier viveu e compartilhou o desenvolvimento das atividades da minha equipe de pesquisa, em Salvador, durante 6 longos anos, e isto se tornou um elemento decisivo a consolidar os meus elos com o mundo acadêmico francês. No curso do tempo, esses elos aprofundaram-se cada vez mais, dando lugar, por exemplo, ao projeto de pesquisa comparativa internacional que estou desenvolvendo no CEM, com colegas franceses e japoneses, voltado a estudar experiências e representações sobre o trabalho e o desemprego em três grandes metrópoles mundiais (São Paulo, Paris e Tóquio).

Como você organiza as etapas de sua pesquisa, com um grupo de 15 estudantes para orientar e muita agenda a cumprir?

Não diria que é algo fácil, mas certamente é possível e prazeroso. Possível posto que pesquisa, orientação e agenda profissional são pensadas como atividades que confluem para um mesmo campo temático. Assim, os diversos estudantes que se integram com o meu trabalho (orientandos em iniciação científica, mestrandos e doutorandos) estão engajados num grupo que é ao mesmo tempo um circuito intelectual, mas um circuito de socialização de responsabilidades e de partilha cúmplice dos avanços. Trabalhamos de modo coletivamente organizado, o que faz o trabalho, mesmo pesado, fluir de maneira mais fácil, compartilhada e prazerosa. E sobretudo procuramos discutir os avanços na medida em que são produzidos, independentemente se fruto da reflexão de um bolsista de iniciação científica ou da coordenadora geral da pesquisa. Isto maximiza rentabilidade do esforço intelectual, consolida as boas idéias, e faz passar rapidamente os equívocos sob o crivo da discussão crítica.

A pesquisa sobre trajetórias de trabalho apresenta uma análise quantitativa importante. Essa abordagem sempre foi um ingrediente significativo de seu trabalho?

Sim. Fui formada num tempo e numa instituição em que muita ênfase era dada na capacitação metodológica e no manejo de técnicas de análise quantitativa. Já no berço, ainda como estudante de graduação e bolsista de iniciação científica de Glaucio Soares, circulava orgulhosa, pelo Centro de Processamento de Dados da UnB (nesse momento não tínhamos computadores pessoais e era no *mainframe* da instituição que se rodavam os dados), portando minha caixa de cartões perfurados de dados; àquela época inexistiam os meios magnéticos portáteis de que hoje dispomos como os disquetes, CD's ou similares. A capacidade de bem construir a demonstração dos argumentos era ciosamente cultivada naquele momento.

A par disto, eu fazia simultaneamente uma graduação em História, e os historiadores são igualmente obcecados pela formação metodológica dos seus alunos, notadamente no que concerne à importância do trabalho com as fontes de dados; isto havia me instigado ao treinamento com o tratamento de evidência qualitativa, do manejo do documento e da fonte histórica.

Qual a contribuição q a sociologia do trabalho tem para dar a um período marcado pelo desemprego?

Tentando ser rápida na resposta, pois já se alonga excessivamente esta nossa "conversa", diria que essa importância se revela em diferentes aspectos.

Primeiro, uma sociologia dos fenômenos relacionados ao trabalho e ao desemprego nos permite elucidar processos, esclarecer tendências específicas a realidades e avançar hipóteses explicativas sobre os determinantes da natureza desses fenômenos. E estou sendo deliberadamente genérica para deixar patente que uma sociologia do trabalho é antes de tudo uma sociologia e comparte com ela a agenda voltada a bem entender a realidade e a desvelar as armadilhas de um certo senso comum esclarecido, muitas vezes politicamente informado, que se crê, por isso mesmo, possuidor de um conhecimento especial, predestinado a uma virtude interpretativa que viria do seu elo estreito com a prática dos agentes; ora, se esta prática revela, ela também obscurece, na medida em que é refém da posição, do lugar social de quem observa. Qual a vantagem do pensamento acadêmico? O seu obsessivo interesse em contemplar - e criticar - todos os pontos de vista particulares; de refletir sistematicamente sobre a reflexão dos agentes; e de ter em conta, sempre e a cada momento, o cabedal de conhecimento que sobre o tema fomos capazes de constituir, criticando todos e submetendo cada um deles ao crivo da verificação.

Segundo, uma sociologia fortemente voltada a entender a realidade empírica e a manejar criticamente a informação produzida pode ser de enorme utilidade para os organismos, públicos ou privados, produtores de dados.

Terceiro, pelos seus resultados, o conhecimento que produzimos é um insumo de qualidade ímpar para os formuladores de políticas públicas e para os atores sociais no campo. Se nossa agenda é fortemente pautada por eles, os mesmos têm os seus passos possivelmente calcados na reflexão que fazem sobre muitos dos nossos resultados.

Por fim, quais os seus projetos futuros?

Poder continuar pesquisando, escrevendo e ensinando, sempre aberta a novos temas, teorias e estratégias de construção metodológica dos estudos.